

# Maior marca do novo partido é defesa do parlamentarismo

A principal marca do novo partido, a ser formado pelos dissidentes do PMDB, será a defesa do parlamentarismo. O primeiro esboço do manifesto de lançamento dessa nova legenda, que ainda não tem nome mas poderá chamar-se PSDB — Partido Social Democrata Brasileiro, adota o sistema parlamentarista como princípio programático, definindo-o como uma forma de governo que assegura “a transparência das decisões do Estado, a reforma e a democratização das estruturas estatais de decisão e a modernização da vida política do país”.

Embora a nova Constituição estabeleça que em 1993 haverá plebiscito para decidir se o regime será republicano ou monárquico e o sistema de governo presidencialista ou parlamentarista, o novo partido assume desde o início o compromisso de lutar por uma emenda que estabeleça um governo de gabinete. O deputado Ronaldo Cezar Coelho (RJ) pretende apresentar sugestão para que já no manifesto o novo partido assumira também o compromisso programático de lutar pela implantação do voto distrital (divisão do eleitorado em distritos), fórmula que, em sua opinião, permite à população acompanhar mais de perto o desempenho de seus representantes.

Elaborado pelo senador Fernando Henrique Cardoso, o esboço do manifesto está nas mãos do senador José Paulo Bisol, relator designado para recolher outras sugestões e elaborar o texto final que será discutido no dia 24, em Brasília, no primeiro encontro nacional do novo partido. Os organizadores da nova

legenda querem que suas bandeiras sejam discutidas na sociedade, principalmente pelos empresários.

**Propostas** — O novo partido, segundo o primeiro esboço de manifesto, promete “ser austero e contido nas promessas” e, entre seus compromissos, propõe-se a:

- Sustentar as políticas de salário, de melhoria dos serviços públicos e de distribuição de renda que, no prazo de uma geração, redimam o país da miséria e estabeleçam normas válidas de justiça social;
- Defender a gestão realmente pública — isto é, aberta ao controle da sociedade — do setor estatal da economia, combatendo o empreguismo e o desperdício;
- Eliminar “das costas da sociedade o peso morto representado por empresas que se incorporaram ao estado para salvar seus proprietários da ruína e hoje não passam de cabide de empregos”;
- Defender o meio ambiente e as lutas ecológicas para preservação da natureza e da vida humana;
- Valorizar a mulher, lutar contra o preconceito racial, defender as culturas e o patrimônio material dos índios;
- Defender “a ação inovadora e socialmente responsável do empresariado e da livre iniciativa”, ao mesmo tempo em que se coloca “ao lado das reivindicações justas dos assalariados, pois as relações entre patrões e trabalhadores hão de definir-se através dos sindicatos, usando meios de negociação e greve, sem interferência do estado”.

---

**Rompimento** — O senador Marco Maciel (PFL—PE) voltou a defender a tese de rompimento do seu partido com o governo Sarney — apresentada em maio do ano passado — agora que o mandato do atual presidente foi fixado em cinco anos. Em Fortaleza, onde participou dos funerais do senador Virgílio Távora (PDS), Maciel argumentou que o governo Sarney “não tem nenhum projeto para o Brasil”.